

- Ex.mo Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo
- Senhoras e Senhores Deputados Municipais
- Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores
- Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia
- Restantes Autarcas
- Entidades civis, militares e religiosas aqui presentes
- Representantes das Associações
- Demais convidados
- Caros Munícipes
- Comunicação Social
- E uma saudação muito especial a todos os homenageados, personalidades e entidades que se notabilizaram nos mais variados quadrantes.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

É inequívoco que a democracia é o **pilar do Estado de Direito** pelo qual se rege a nossa sociedade, assente nos valores da **igualdade**, **liberdade**, **na proteção dos direitos fundamentais e sociais e na participação dos cidadãos**, de forma direta ou representativa.

Se atentarmos no conceito etimológico de **Democracia**, na sua origem grega (linguística e social), o valor da participação dos cidadãos toma especial relevo: "demos" (povo) e "kratos" (poder), "demokratia", o Poder do Povo.

Um **poder popular**, **individual** e, simultaneamente, **coletivo**, não se resume apenas ao legítimo direito do voto (de eleger e/ou ser eleito), permanentemente conquistado desde o século XIX.

A democracia também é isso, mas é, igualmente, muito mais.

A participação ativa dos cidadãos, cada vez mais urgente e premente, é fundamental para que a democracia preserve e consolide os seus valores (igualdade, liberdade e garante dos direitos fundamentais), potenciando, assim, comunidades socialmente coesas, sustentadas e desenvolvidas.

Ou seja, em democracia e num Estado de Direito, ser cidadão implica não apenas o privilégio dos direitos, mas também assumir, em pleno, **deveres e responsabilidades** para com a sociedade, as diversas dinâmicas da comunidade e as instituições e os políticos que nos representam.



Minhas Senhoras e meus Senhores,

Quanto mais participativos, ativos e exigentes forem os cidadãos, mais facilmente alcançaremos melhores instituições, melhor governação, não só a nacional, como, nomeadamente, a Local, melhores políticos e melhor democracia.

Se a democracia oferece condições de liberdade, de respeito, de decisão e de ação, cabe-nos, enquanto eleitos, a responsabilidade e o dever de fortalecer e valorizar essa "oferta", essas condições, e fortalecer os pilares da nossa comunidade, do nosso Município e do nosso país.

Caras e Caros Concidadãos,

Numa democracia representativa, o regime que adotámos, o voto desempenha um papel crucial na escolha dos representantes políticos que tomarão as decisões de governação em nome dos cidadãos.

Este direito livre, consciente e democrático, tantas vezes assumido, igualmente, como um dever cívico, foi uma das principais conquistas do 25 de Abril que daqui a dias assinalaremos o seu 50.º aniversário.

A importância e a consequência política do voto é uma das referências nos valores da democracia, espelhando uma das facetas mais elevadas da participação dos cidadãos na construção duma sociedade livre, justa e igualitária.

O voto, tantas vezes, e bem, denominado como a verdadeira arma do povo, tem esse peso político de influenciar, responsabilizar, controlar e legitimar o exercício do poder democrático.

Ou seja, o direito ao voto e o seu exercício democrático é garante de representação política exigente e responsável, e de participação livre e consciente dos cidadãos no normal processo e funcionamento da democracia.

No entanto, há, neste campo, um caminho ainda longo a percorrer para a consolidação do exercício da cidadania através do voto.

A literacia política, a necessária renovação da imagem pública dos políticos e dos partidos políticos junto dos cidadãos, a promoção da importância da participação dos eleitores no funcionamento dos órgãos do Estado e na própria democracia, tem-se revelado necessária e urgente



ao longo de muitas décadas destes 50 anos de democracia, mas que se têm revelado igualmente pouco eficaz e produtiva, com mais ou menos variações numéricas.

O valor da última taxa de abstenção ou de participação eleitoral nas Legislativas do passado dia 10 de março, embora se saúde e nos regozije pela participação dos cidadãos, ela **resulta mais de uma conjuntura política e eleitoral do que propriamente numa tendência natural**.

Basta recordar... por exemplo, em eleições legislativas: em 2011, votaram mais de 58% dos eleitores; em 2015, esse valor recuou cerca de 2 pontos percentuais, fixando-se nos 55,86%; em 2022, no ano em que os portugueses elegeram uma governação com maioria absoluta, pouco mais de metade dos eleitores decidiam exercer o seu direito de cidadania (apenas 51,42%).

Secundarizando os processos eleitorais europeus **que apresentam uma realidade verdadeiramente preocupante** (por exemplo, nas eleições europeias de 26 de maio de 2019, apenas votaram **30,73% dos cidadãos eleitores**), olhando para as eleições autárquicas e, concretamente, os números referentes ao nosso Município, a realidade merece, igualmente, uma reflexão e um olhar atentos.

Nas eleições autárquicas de 2013, 60% dos ilhavenses optaram por ficar em casa; em 2017, o valor foi muito parecido (cerca de 56% de abstencionistas), mantendo-se, particamente inalterado (menos cerca de 1%, pouco mais de 600 votos) em 2021.

E no nosso caso, enquanto Município, há algo que merece ser referenciado, com alguma apreensão: o valor da abstenção eleitoral no nosso Município é, em relação à média nacional, por exemplo na última eleição autárquica, em 2021, significativamente alto: uma diferença superior a 8% e abaixo dos 50% de participação.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Este contexto tem de merecer, por parte de todos, eleitos e eleitores, uma reflexão, **uma avaliação cuidada e responsável e o desenho de estratégias**, de alteração de comportamentos e de medidas que contrariem este alheamento dos cidadãos em relação ao Poder Local, à governação local e às próprias dinâmicas da nossa comunidade.

A nós, autarcas eleitos, deve merecer especial atenção a forma como exercemos as nossas funções e como as transpomos para a sociedade, a forma como nos relacionamos enquanto eleitos



e órgãos autárquicos, a forma como tratamos, tantas vezes, os problemas e as necessidades do Município e dos nossos munícipes, a forma como, no exercício da nossa missão pública, enveredamos pelo populismo e pela demagogia que não trazem objetividade ao nosso desempenho e contribuem para o incremento do radicalismo e extremismo.

Não enveredemos pelo facilitismo do denominado "mito urbano" em que os políticos são isto, são aquilo e mais aqueloutro, na maioria dos contextos de forma completamente injusta e injustificada. Mas também não queiramos ter a veleidade de não assumirmos a nossa quota parte de responsabilidade, seja de forma direta, seja por mera omissão.

Não só precisamos, e temos essa obrigação, de ouvir e acompanhar o pulsar da comunidade, as necessidades, as preocupações e, também, os sonhos e desejos dos nossos concidadãos, como temos o dever de promover espaços, momentos, circunstâncias que permitam a participação dos cidadãos, a intervenção cívica dos eleitores e das instituições da nossa comunidade.

É este equilíbrio entre o assumirmos a nossa responsabilidade enquanto autarcas e o acolhimento que soubermos fazer e dar à sociedade e a cada pessoa, e a capacidade de promovermos a participação dos cidadãos no dia a dia do nosso Município, que conseguiremos solidificar a democracia, valorizar o Poder Local e a importância que a política e a governação local têm no desenvolvimento de um território mais justo, económica e estruturalmente mais desenvolvido e socialmente mais coeso.

Saibamos ouvir os nossos **jovens**, a nossa **comunidade escolar**, e envolvê-los no processo de decisão e de participação, valorizando a **Assembleia Municipal Jovem** e proporcionando **momentos de intervenção pública**, como os que assistiremos na **Sessão Extraordinária Evocativa dos 50 anos do 25 de Abril de 74, da Assembleia Municipal**.

Saibamos ouvir o testemunho, o conhecimento, a memória, a experiência e a partilha de atuais e ex-autarcas que, dessa forma, contribuem para o fortalecimento do Poder Local e do seu papel no desenvolvimento do nosso Município e das nossas Freguesias.

Saibamos manter sempre abertas as portas do Salão Nobre aos nossos Munícipes, sem constrangimentos, sem receio das críticas, com a humildade de acolher o elogio como o natural cumprimento do nosso dever político e democrático, ou o modesto reconhecimento, perante a vontade do povo, de que não somos nem donos do Município, nem da verdade, nem do



conhecimento.

Não somos políticos, estamos como políticos, ao serviço da comunidade e dos munícipes. Esses sim, os verdadeiros donos do voto que nos legitimou e que, democraticamente, os representa.

Minhas Senhoras, Meus Senhores

Mas a democracia, a responsabilidade cívica, não é apenas um caminho de sentido único.

A participação e o exercício de cidadania são uma responsabilidade de todos e não se deve compaginar ou limitar às urnas e restringir-se a cada processo eleitoral, por mais elevado que seja o valor do voto livre, consciente e democrático.

Envolvermo-nos na democracia significa estar informado, questionar, debater e, acima de tudo, respeitar as vozes diversas que compõem a nossa sociedade.

Cidadania é também **solidariedade**, é estender a mão ao próximo, é lutar pelos direitos daqueles que enfrentam injustiças.

Não basta a crítica, demasiadas vezes injustamente generalizada, e a apatia face ao desencanto com a política e os políticos, com os partidos e as instituições.

Apela-se e exige-se aos cidadãos a assunção da sua quota parte de responsabilidade cívica e democrática: participar nas dinâmicas sociais e culturais da comunidade; sugerir, intervir, interpelar, e questionar os eleitos e os órgãos que os representam; ou, ainda, fiscalizar e zelar pelo nosso espaço coletivo.

Cidadania e responsabilidade democrática é marcar presença nas nossas Associações e Instituições; é envolvimento nos momentos de decisão política, como a presença nas reuniões do Executivo Municipal e nas sessões da Assembleia Municipal; é participação nas dinâmicas sociais e culturais que o Município promove e proporciona para o bem-estar e a qualidade de vida de todos nós; é intervenção nos momentos que exigem a nossa reflexão e a nossa interferência.

Para sermos respeitados, exige-se também respeito.

Para sermos exigentes, impõe-se responsabilidade individual e coletiva.

Termos e usarmos o nosso sentido crítico, obriga-nos a participar e intervir, sob pena de



transformarmos a nossa legitimidade crítica em mero populismo e retórica de protesto fútil.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Caras e Caros Autarcas

Se o **Poder Local é a expressão mais próxima da democracia**, onde as decisões têm impacto direto com a vida diária dos nossos Munícipes, é importante **fortalecer a participação e a influência** que os cidadãos podem ter nas políticas que os afetam e afetam o nosso Município.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Caras e Caros Munícipes

Enquanto cidadãos, ao assumirmos as nossas responsabilidades, participando e agindo ativamente, fortalecemos a Democracia e o Poder Local, construímos uma comunidade na qual cada indivíduo é respeitado e cada voz é ouvida, e criamos um Município mais empoderado, mais exigente, mais coeso e mais justo.

Viva a Democracia.

Viva a Cidadania.

Viva o Município de Ílhavo.